

1 **Ata da Reunião extraordinária do Conselho Administrativo.** Aos quatorze dias do mês de março
2 de dois mil e quatorze, às nove horas, inicia-se a reunião ordinária do Conselho Administrativo, na
3 sala de reuniões da CAAPSML, sito à Avenida Duque de Caxias nº 333, contando com a presença do
4 Superintendente Denilson Vieira Novaes, dos Conselheiros Marcello Alessandro Pessa Miranda Lima,
5 Daniela Dias Augusto, Gilberto Alves de Lima, Karen Bettina Ikeda de Ortiz, Luiz Evaldo da Silva
6 Ferreira, Ana Paula Pereira, de Maria Terezinha Punhagui de Carvalho, Diretora de Saúde, de Zilá
7 Rosseto Avanso, Diretora Administrativa Financeira, e da secretária Solange Magro.

8 Pauta:

9 SEM PAUTA

10 A reunião teve início com o Presidente do Conselho, o Sr. Marcello, questionando a respeito da
11 situação do atendimento do Hospital Evangélico, que havia sido suspenso pela Superintendência. A
12 Diretora Terezinha esclareceu que foi encaminhado à PGM ofício questionando a possibilidade de
13 pagamento diferenciado para alguns serviços prestados de forma exclusiva pelo referido Hospital,
14 porém, ainda sem resposta. O Presidente questionou a respeito do impacto solicitado por meio de
15 ofício à Superintendência, e o Superintendente esclareceu que a Diretoria Administrativo-Financeira
16 irá apresentar os números, provavelmente, até a próxima semana, e que restam apenas os impactos
17 atuariais que somente poderão ser apresentados após o retorno do Economista César de suas férias,
18 visto que é necessário encaminhar dados ao atuário. A Diretora Sra. Zilá entregou o relatório
19 reforçando o que o Superintendente já havia dito, dizendo que a receita anual do Fundo de Saúde
20 ultrapassou a casa dos R\$ 37 milhões e que as despesas foram de pouco mais de R\$ 32 milhões,
21 restando um superávit de aproximadamente R\$ 5 milhões. O Superintendente esclareceu que o
22 superávit não significa necessariamente uma boa administração dos recursos, disse que como o Plano
23 de Saúde não visa lucros, apenas deve ter um fundo de reserva para eventuais necessidades. O
24 Superintendente disse ainda que a receita obtida com a contribuição da Prefeitura, ou seja, os 4%
25 (quatro por cento) sobre a folha de pagamento, representa quase 50% (cinquenta por cento) da receita
26 mensal do Plano de Saúde, e acredita que parte do recurso deveria ser revertida em ações que atinjam
27 todos os servidores, indistintamente, não contemplando somente aqueles que são contribuintes do
28 Plano de Saúde. O Superintendente esclareceu que no final do ano passado foi elaborada pela sua
29 Assessoria Técnica uma minuta de decreto a fim de dar uma destinação mais ampla ao repasse feito
30 pela Prefeitura, com a realização de exames periódicos e campanhas preventivas que atinjam todos os
31 servidores, bem como os exames demissionais, que ainda hoje não são realizados pela Prefeitura.
32 Porém, a Secretaria de Governo encaminhou a referida minuta para análise da Procuradoria e esta
33 encaminhou à Controladoria e ambas deram parecer desfavorável. Esclareceu ainda que, conforme o
34 parecer da PGM, seria necessária uma alteração na lei a fim de utilizar os recursos do Fundo de Saúde
35 para os fins solicitados na minuta do Decreto. O Presidente alegou desconhecer o conteúdo da minuta
36 do Decreto, bem como o dos pareceres, e solicitou uma cópia para apreciação de seu conteúdo pelos
37 conselheiros. Os Conselheiros concordaram e ressaltaram a importância de conhecer o conteúdo da
38 minuta do decreto e os pareceres da PGM e da CGM. O Superintendente comprometeu-se em